

**PROCESSO SELETIVO PARA CONCESSÃO DE BOLSAS
DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO A ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS
PARA O ANO DE 2023**

DIREITO

01. A prova terá duração de 2 (duas) horas e 30 minutos, considerando, inclusive, a marcação do cartão-resposta.
02. A prova objetiva deverá ser feita, obrigatoriamente, à caneta esferográfica, fabricada em material incolor e transparente, de tinta azul ou preta, não sendo permitido o uso de régua, lápis, lapiseira, marca texto, corretivo e/ou borracha.
03. É de responsabilidade do candidato a conferência deste caderno que contém 40 (quarenta) questões de múltipla escolha, cada uma com 4 (quatro) alternativas (A,B,C e D), distribuídas da seguinte forma:

Conteúdo	Nº de questões
Políticas Públicas do SUS	10
Conhecimentos Gerais	10
Direito	20

04. Transcreva a frase abaixo, para o espaço determinado no cartão-resposta, com caligrafia usual, para posterior exame grafológico.

“Aquele que não pune a maldade, apóia sua ação.”

05. Em hipótese alguma haverá substituição do cartão-resposta por erro do candidato.
06. O telefone celular desligado e demais pertences não permitidos deverão permanecer acondicionados em saco de segurança devidamente lacrado, desde o momento da entrada na sala de prova até a saída do candidato do estabelecimento de realização da mesma.
07. O candidato cujo aparelho celular ou outro equipamento, mesmo que acondicionado no saco de segurança e debaixo de sua carteira, venha a tocar, emitindo sons de chamada, despertador etc., **SERÁ ELIMINADO DO CERTAME.**
08. Será vedado ao candidato, dentro da sala de realização da prova, independentemente, do início da prova:
- a) o uso de lupas, óculos escuros, protetores auriculares ou quaisquer acessórios de cobertura para cabeça, tais como: chapéu, boné, gorro etc. salvo se autorizado, previamente pela Gerência de Recrutamento e Seleção, conforme estabelecido no edital regulamentador do certame;
 - b) o empréstimo de material e/ou utensílio de qualquer espécie entre os candidatos;
 - c) a consulta a qualquer material (legislação, livros, impressos, anotações, jornal e revista);
 - d) o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico.
09. Os relógios de pulso serão permitidos, desde que não sejam digitais ou emitam sons e permaneçam sobre a mesa, à vista dos fiscais, até a conclusão da prova.
10. Não será permitido ao candidato fumar conforme determinado no art. 49 da Lei Federal nº 12.546/2011.
11. Somente após decorrida uma hora do início da prova, o candidato, ainda que tenha desistido do certame, poderá entregar o **cartão-resposta devidamente assinado e com a frase transcrita** e retirar-se do recinto levando o seu caderno de questões.
12. Não será permitida, em hipótese alguma, a cópia das marcações efetuadas no cartão-resposta.
13. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados somente quando todos tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado, sendo indispensável o registro dos seus nomes e assinaturas na ata de aplicação de prova.
14. Não será permitido o uso de sanitários por candidatos que tenham terminado a prova.
15. O FISCAL DE SALA NÃO ESTÁ AUTORIZADO A ALTERAR QUAISQUER DESSAS INSTRUÇÕES.
16. O gabarito da prova será publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O. Rio, no segundo dia útil após a realização da prova, estando disponível também, no site <http://prefeitura.rio/web/portaldeconcursos>.

POLÍTICAS PÚBLICAS DO SUS

01. Conforme a Constituição da República Federativa Brasileira de 1988 em seu Art. 196, "A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas_____". Essa frase fica **CORRETA** ao se preencher a lacuna com:
- (A) que garantam o acesso às ações e serviços de saúde às parcelas mais pobres da população
 - (B) que garantam o acesso parcial, mas igualitário a algumas ações e serviços de saúde
 - (C) sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos
 - (D) sociais e econômicas que visem à transferência de renda aos mais pobres
02. Entre os princípios e diretrizes do SUS, conforme Art. 7º da Lei nº 8.080/1990, pode-se citar a:
- (A) universalidade de acesso aos serviços, exceto no nível da recuperação da saúde
 - (B) divisão em nível executivo das ações de saúde, meio ambiente e saneamento
 - (C) igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios
 - (D) ênfase na centralização dos serviços para os Estados
03. Conjunto de ações que proporcionam o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças e agravos. De acordo com o Art. 6º da Lei nº 8.080/1990, este conceito no SUS define a:
- (A) vigilância epidemiológica
 - (B) saúde do trabalhador
 - (C) vigilância sanitária
 - (D) gestão financeira
04. É competência do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme o Art. 200 da Constituição da República Federativa Brasileira de 1988:
- (A) fiscalizar o exercício profissional na área da saúde, exceto para medicina e enfermagem
 - (B) participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico
 - (C) realizar toda a formação de recursos humanos na área da saúde no nível técnico
 - (D) delegar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica à iniciativa privada
05. Após ser atendido em uma unidade básica de saúde, o usuário, diante de suas queixas de dor no peito e dos resultados de seus exames, recebe encaminhamento para consulta com um cardiologista em uma unidade de saúde especializada. O quadro descrito pode exemplificar na prática o seguinte princípio do SUS, conforme Art. 7º da Lei nº 8.080/1990:
- (A) descentralização político-administrativa
 - (B) participação da comunidade
 - (C) preservação da autonomia
 - (D) integralidade da assistência
06. Considerando a participação da iniciativa privada no SUS, conforme Art. 199 da Constituição da República Federativa Brasileira de 1988, é **CORRETO** afirmar que:
- (A) as instituições privadas poderão participar das ações de promoção da saúde no SUS, sendo vedada a sua atuação nas ações de recuperação da saúde
 - (B) a assistência à saúde é livre à iniciativa privada, de forma complementar ao SUS, com preferência às entidades filantrópicas e sem fins lucrativos
 - (C) a destinação de recursos públicos é livre a todas as instituições privadas, sendo também livre a participação delas na assistência à saúde no país
 - (D) as instituições privadas não poderão participar do SUS, exceto no caso de internação ou calamidade pública, mediante autorização governamental
07. A partir do exposto na Lei nº 8.080/1990 é **CORRETO** afirmar que:
- (A) quando as suas disponibilidades forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial à população de uma determinada área, o Sistema Único de Saúde (SUS) deverá recorrer aos serviços ofertados por instituições religiosas
 - (B) os recursos financeiros do Sistema Único de Saúde (SUS) serão depositados em conta especial, em cada esfera de sua atuação, e movimentados sob fiscalização dos respectivos gestores em cada esfera de governo
 - (C) a direção do Sistema Único de Saúde (SUS) é única, sendo exercida pelo Ministério da Saúde, que executa as políticas públicas da área da saúde e as ações de assistência, após aprovação do Congresso Nacional
 - (D) saúde do trabalhador é um conjunto de atividades que se destina à promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho
08. A participação da comunidade na gestão do SUS é regulada pela Lei nº 8.142/1990. Entre outras coisas, esta Lei define em seu Art. 1º, duas instâncias colegiadas em cada esfera de governo, que são:
- (A) o Conselho de Saúde e a Conferência de Saúde
 - (B) a Conferência de Saúde e o Ministério da Saúde
 - (C) o Conselho de Saúde e o Fundo Nacional de Saúde
 - (D) a Conferência de Saúde e o Fundo Nacional de Saúde
09. A Lei nº 8.080/1990 define a saúde como um direito fundamental do ser humano. Sobre este direito, de acordo com os Art. 2º e 3º desta lei, é **CORRETO** afirmar que:
- (A) as ações de promoção e proteção da saúde devem ser garantidas a todos e as ações de recuperação aos mais pobres
 - (B) são determinantes e condicionantes da saúde, entre outros, a renda, o meio ambiente e o acesso aos bens supérfluos
 - (C) o dever do Estado de prover as condições indispensáveis ao pleno exercício da saúde exclui o dever da sociedade
 - (D) o dever do Estado inclui assegurar condições de acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde

10. Reunir-se-á a cada quatro anos com a representação dos vários segmentos sociais, para avaliar a situação de saúde e propor as diretrizes para a formulação da política de saúde. O evento descrito representa uma das formas de participação popular na gestão do SUS prevista na Lei nº 8.142/1990. De acordo com o art. 1º desta lei, trata-se:
- (A) do Sistema Nacional de Saúde
 - (B) da Conferência de Saúde
 - (C) da Secretaria de Saúde
 - (D) do Conselho de Saúde

CONHECIMENTOS GERAIS

11. Ser ético significa ser um agente social cujas decisões são fundamentadas na _____ do grupo ao qual pertence, e são tomadas com base em valores e interesse que busquem o _____. A alternativa que completa a sentença corretamente é:
- (A) moral; bem comum
 - (B) crença; bem comum
 - (C) moral; bem individual
 - (D) crença; bem individual
12. A visão ética sobre a vida é um dos grandes legados do astrofísico Albert Einstein, sendo para ele um princípio ético:
- (A) aceitação a normas e dogmas
 - (B) aceitação de que se ensina ou aprende o que não se ama
 - (C) valor para a simplicidade, liberdade e o respeito a cada ser
 - (D) fama merece esforço, pois gera admiração e reconhecimento
13. As palavras ética e moral são geralmente tomadas como sinônimos. Porém, no vocabulário especializado, apresentam diferenças bem definidas. É considerada uma diferença entre ética e moral:
- (A) a ética é uma ciência, enquanto a moral é uma forma de comportamento humano
 - (B) a ética é específica e trata de problemas concretos, enquanto a moral é geral
 - (C) a ética é teórica, enquanto a moral é uma ciência
 - (D) a ética é prática, enquanto a moral é teórica
14. O direito é o conjunto de _____ que regulamentam as ações dos indivíduos. Para Aristóteles, o direito tem a função de estabelecer e preservar certa _____ social. As palavras que completam corretamente as sentenças são:
- (A) crenças e concordância
 - (B) valores e disparidade
 - (C) normas e disparidade
 - (D) normas e harmonia
15. A ética é essencial para as organizações refletirem sobre como as suas ações podem influenciar positiva ou negativamente a sociedade e o meio ambiente, pois ela contempla:
- (A) os compromissos econômicos
 - (B) os interesses organizacionais
 - (C) as disposições empresariais
 - (D) a responsabilidade social
16. No Brasil, a Constituição Federal (CF), que foi um marco na conquista do povo pelo seu direito de participar da tomada de decisões no país, ocorreu no ano de:
- (A) 1946
 - (B) 1988
 - (C) 1937
 - (D) 1891
17. Os direitos dos cidadãos são divididos em três tipos básicos: os direitos civis, os direitos políticos e os direitos sociais. É um exemplo de direito civil:
- (A) direito à liberdade de ir e vir
 - (B) direito ao trabalho digno
 - (C) direito à saúde
 - (D) direito ao voto
18. O código de ética empresarial é um instrumento fornecido pelas empresas, com o intuito de estabelecer as condutas que devem ser seguidas e cumpridas, além de expressar sua cultura, e servir como ferramenta e direcionamento para elaboração de:
- (A) sua meta, gestão e política
 - (B) sua visão, gestão e seus valores
 - (C) sua visão, missão e seus valores
 - (D) sua política, capacitação e missão
19. Por ocasião da avaliação do estágio probatório, da progressão funcional, e nas demais circunstâncias em que seja ponderado o merecimento do servidor, será apreciado:
- (A) o atendimento aos requisitos éticos e morais de seu cargo ou função
 - (B) o atendimento aos requisitos éticos de seu cargo ou função
 - (C) o atendimento às normas do Comitê de Ética e Pesquisa
 - (D) o atendimento às normas de segurança do trabalho
20. A norma ISO (*International Organization for Standardization*) 26000, possui o objetivo de normatizar as questões direcionadas à responsabilidade social, estabelecendo diretrizes para o bem-estar da organização, como também para a transparência e o desenvolvimento sustentável. Qualquer empresa, independentemente do seu porte, poderá aderir a essa norma, devido seu caráter:
- (A) regional
 - (B) empresarial
 - (C) internacional
 - (D) multifacetário

DIREITO

21. No que diz respeito ao grau de eficácia, as normas constitucionais abaixo listadas classificam-se, respectivamente, como de eficácia:
- Art. 5, XXXII – O Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor.
 - Art. 19 – É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: III – criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.
 - Art. 170, parágrafo único – É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.
- contida, limitada e plena
 - plena, contida e limitada
 - contida, plena e limitada
 - limitada, plena e contida
22. Segundo a doutrina brasileira, a Constituição Brasileira de 1988 é classificada como:
- outorgada, instrumental, analítica e rígida
 - promulgada, instrumental, analítica e rígida
 - outorgada, instrumental, analítica e flexível
 - promulgada, costumeira, sintética e semi-rígida
23. José compareceu à Secretaria Municipal de Saúde para denunciar restaurante que funciona ao lado de sua casa, em razão de graves violações às normas de higiene e comércio de alimentos vencidos, que estão resultando na proliferação de pragas que afetam a rua e as residências próximas, inclusive a de José. No protocolo da denúncia, o servidor responsável solicitou a José o comprovante de pagamento de taxa de expediente. De acordo com as normas constitucionais, a taxa:
- não pode ser exigida
 - pode ser exigida, desde que prevista em lei orgânica
 - pode ser exigida, desde que prevista em lei ordinária
 - pode ser exigida e será reembolsada, em caso de acolhimento da denúncia
24. Com base na forma federativa de Estado adotada no Brasil, os municípios são regidos por:
- Constituição, editada pela Câmara Municipal
 - Lei Orgânica, editada pela Assembleia Legislativa
 - Lei Orgânica, editada pela Câmara Municipal
 - Constituição, editada pela Assembleia Legislativa
25. A respeito do processo legislativo, julgue os itens a seguir:
- É vedada a deliberação de proposta de emenda constitucional tendente a abolir o voto obrigatório, por se tratar de cláusula pétrea.
 - A iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do município, da cidade ou de bairros acontecerá por meio de manifestação de pelo menos 3% do eleitorado.
 - O processo legislativo não compreende a elaboração de resoluções.
 - A Câmara Municipal não gastará mais do que 70% de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com subsídios para os vereadores.
- Certo – Certo – Errado – Errado
 - Certo – Errado – Errado – Certo
 - Errado – Certo – Certo – Errado
 - Errado – Errado – Certo – Certo
26. A característica do poder constituinte originário, segundo a qual a ele cabe a definição das matérias ou dos conteúdos que receberão tratamento normativo na edição do novo texto constitucional, é a seguinte:
- o poder constituinte é incondicionado
 - o poder constituinte é permanente
 - o poder constituinte é inicial
 - o poder constituinte é autônomo
27. Dentro da sistemática da repartição constitucional de competência, marque a alternativa correta.
- a competência para a manutenção do serviço postal é comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios
 - a competência para legislar sobre proteção à infância e à juventude é concorrente entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios
 - a competência para a instituição de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões é privativa dos Municípios
 - a competência para legislar sobre propaganda comercial é privativa da União
28. Em tema de Poder Constituinte Derivado, é correto afirmar que ele é:
- também chamado de primário ou de primeiro grau
 - incondicionado, por não estar submetido aos condicionamentos impostos pelo Poder Constituinte Originário
 - limitado, porque encontra limites na elaboração do texto constitucional, não podendo dispor sobre quaisquer temas que repare necessários
 - previsto no próprio texto constitucional, para reformar a Constituição vigente, ou para permitir que as unidades que compõem a Federação instituam suas próprias Constituições e Leis Orgânicas nos municípios

29. Sobre os direitos e as garantias fundamentais, assinale a alternativa correta:
- (A) a prática da tortura constitui crime inafiançável e imprescritível
 - (B) os crimes definidos em lei como hediondos são imprescritíveis
 - (C) a prática do racismo constitui crime inafiançável e insuscetível de graça ou anistia
 - (D) o crime de tráfico ilícito de entorpecentes e de drogas afins será considerado inafiançável e insuscetível de graça ou anistia
30. Assinale a opção correta em relação ao conceito de Constituição:
- (A) segundo Ferdinand Lassale, a Constituição é uma norma pura que possui hierarquia sobre todo o ordenamento jurídico
 - (B) segundo Hans Kelsen, a Constituição real prevalece sobre a Constituição escrita
 - (C) segundo Konrad Hesse, a Constituição é uma mera folha de papel escrita
 - (D) segundo Carl Schmitt, a Constituição é uma decisão política fundamental
31. A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem, entre outros, como fundamentos:
- (A) a soberania e a não intervenção
 - (B) a dignidade da pessoa humana e a soberania
 - (C) a autodeterminação dos povos e a cidadania
 - (D) o pluralismo político e a igualdade entre os Estados
32. De acordo com o art. 37 da Constituição Federal, são princípios expressos que regem a Administração Pública direta e indireta:
- (A) supremacia do interesse público, moralidade, legalidade, publicidade e eficiência
 - (B) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência
 - (C) legalidade, impulso oficial, eticidade, publicidade e eficiência
 - (D) legalidade, pessoalidade, moralidade, publicidade e eficácia
33. Assinale a opção incorreta em relação aos princípios da Administração:
- (A) adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público; trata do princípio da segurança jurídica
 - (B) objetividade no atendimento do interesse público, vedada a promoção pessoal de agentes ou autoridade; trata do princípio da impessoalidade
 - (C) atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé; trata do princípio da moralidade
 - (D) atuação conforme a lei e o Direito; trata do princípio da legalidade
34. A conceituação da Administração Pública comporta diversos sentidos. Pode-se defini-la em sentido amplo e em sentido estrito. Deixando-se de lado a Administração Pública em sentido amplo, é possível conceituá-la a partir de dois critérios, o subjetivo e o objetivo, que compreendem:
- (A) os órgãos governamentais e os órgãos administrativos, como a função política e a administrativa propriamente dita
 - (B) as pessoas jurídicas, os órgãos e agentes públicos que exercem a função administrativa e a atividade administrativa por eles exercida, ou seja, a função administrativa propriamente dita
 - (C) os órgãos governamentais e a função política, em especial a partir da judicialização das políticas públicas, ocorrida pelo aumento em extensão e profundidade do controle judicial do ato administrativo
 - (D) as pessoas jurídicas, os órgãos e agentes públicos que exercem função administrativa, excluindo-se as pessoas jurídicas que compõem a Administração indireta sujeitas a regime jurídico de direito privado
35. Considere, hipoteticamente, um ato administrativo exarado por autoridade incompetente. Em relação aos denominados atributos dos atos administrativos, o referido ato:
- (A) não produzirá efeitos, tampouco obrigará terceiros, independentemente da sua invalidação, o que se denomina imperatividade
 - (B) não produzirá efeitos, tampouco obrigará terceiros, independentemente da sua invalidação, ante o princípio que desobriga o cumprimento de ordens manifestamente ilegais
 - (C) produzirá efeitos e deverá ser cumprido, enquanto não decretada a invalidade, pela própria Administração ou pelo Poder Judiciário
 - (D) produzirá efeitos e deverá ser cumprido, a menos que decretada, pelo Poder Judiciário, sua invalidade, sendo vedada a autotutela na hipótese, o que se denomina executoriedade
36. Nos contratos de concessão de serviços públicos regulamentados pela Lei 8.987/1995, a rescisão por motivo de interesse público chama-se:
- (A) encampação
 - (B) caducidade
 - (C) rescisão
 - (D) reversão
37. As terras devolutas indispensáveis à preservação do meio ambiente são consideradas bens:
- (A) dominicais, de titularidade da União
 - (B) de uso comum do povo, de titularidade dos Municípios
 - (C) de uso comum do povo, de titularidade da União
 - (D) dominicais, de titularidade dos Estados

38. De acordo com a doutrina, dentre os diferentes tipos de serviços públicos, há aqueles classificados como de utilidade pública, que se caracterizam por:
- (A) serem executados pela Administração Pública para atender às suas necessidades internas de rotina, possuindo caráter intrinsecamente instrumental
 - (B) produzirem receita originária para a Administração Pública, tendo em vista sua prestação compulsória mediante o pagamento de tarifa
 - (C) terem sua conveniência reconhecida pelo Estado, podendo executá-los diretamente ou por terceiros, com remuneração realizada pelos usuários
 - (D) possuírem utilização mensurável e usuário determinado, sendo necessário que a sua prestação seja feita por meio de um particular e o seu financiamento oriundo de taxas
39. Os agentes públicos são sujeitos que compõem o sentido subjetivo da Administração Pública e possuem competência para exercer os poderes administrativos essenciais para o desempenho de suas atividades. Nesse contexto, é correto afirmar:
- (A) o poder disciplinar decorre do hierárquico, quando a Administração aplica penalidade a contratado pelo descumprimento de normas contratuais
 - (B) o poder regulamentar representa atividade de competência dos chefes do Poder Executivo
 - (C) a atividade de polícia administrativa, em regra, é repressiva, podendo ser preventiva no caso da aplicação de sanção
 - (D) o poder de polícia possui o atributo da autoexecutoriedade, discricionariedade e exigibilidade
40. Sobre a Administração Pública direta e indireta, está correto afirmar que:
- (A) as sociedades de economia mista não estão sujeitas à fiscalização realizada pelos Tribunais de Contas
 - (B) as secretarias municipais são exemplos de Administração Pública indireta, pois são órgãos auxiliares do Poder Executivo
 - (C) a Administração direta é formada por um conjunto de órgãos públicos, os quais não possuem personalidade jurídica, destinados a realizar atividades, obras ou serviços, de forma descentralizada
 - (D) não existe relação de hierarquia entre os órgãos públicos da Administração direta e as entidades administrativas da indireta